



Anos 90: Revista do Programa de Pós-

Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Brasil

Grell, Chantal

História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Louis XIV
Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 21, núm. 39, julio-,
2014, pp. 77-109
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069154004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Louis XIV*

Chantal Grell**

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar uma perspectiva e um panorama das diferentes práticas da história desde o final da Idade Média até a época da *preponderância* francesa. Este recorte temporal original permite seguir as transformações ocorridas pela difusão da imprensa na concepção, escrita e no comércio da história. Em um tempo em que a profissão da história não existia, por vezes, práticas concorrentes implementadas por homens de Igreja, homens de letras, juristas e aristocratas, através do novo gênero de memórias, dão lugar a trabalhos marcados com a estampa de sua formação. O enfoque é sobre os diferentes tipos de história, bem como sobre as relações entre história e memória, as reconstruções do passado e a relação com o tempo que elas refletem.

Palavras-chave: França. História e historiadores. História da historiografia moderna.

Na segunda metade do século XV, o passado é objeto de um entusiasmo sem precedentes. Dentre os antigos, os historiadores mais apreciados são rapidamente impressos: Valério Máximo, Tito Lívio, César, as *Antiguidades judaicas*, de Flávio Josefo, a *História eclesiástica*, de Eusébio, mas também Heródoto, Tucídides, Tácito,

* Sob permissão da Oxford University Press. Título original: *History and Historians in France, from the Great Italian Wars to the Death of Louis XIV*. In: RABASA, J.; SATO, M.; TORTAROLO, E.; WOOLF, D. (edited by). *Oxford History of Historical Writing*, v. 3; 1400-1800, 2012, p. 384-405. Tradução do francês para o português: Fernando Nicolazzi.

** Institut d'Etudes Culturelles et Internationales. Université de Versailles St-Quentin-en-Yvelines. E-mail: chantal.grell@gmail.com.

Suetônio, as *Vidas*, de Plutarco. As gráficas respondem às expectativas de um público no qual se contam clérigos, estudiosos (*gens d'études*), cada vez mais juristas, gentes da Corte, mesmo mercadores e citadinos (*bourgeois*). Estes leitores não se interessam apenas pelos antigos: eles apreciam as crônicas medievais, os anais, as velhas histórias. O *Miroir historial*, de Vincent de Beauvais e o *Mer des histoires* são muitas vezes reeditados. A *Histoire de Grégoire de Tours*, escrita em um mau latim, segundo as normas humanistas, não foi esquecida. O sucesso das obras recentes não é desmentido: o livro das *Chroniques de France* é a primeira obra francesa impressa em Paris, em 1476-1477, por Pasquier Bonhomme. Os *Annales et Chroniques de France*, de Nicole Gilles (1474-1503) conhecem dezenas de edições durante o século. O *Compendium* de Robert Gaguin (~1425-1501) é reimpresso dezenove vezes em latim, entre 1497 e 1586, e sete vezes em francês, entre 1514 e 1538. As *Illustrations de Gaule et Singularités de Troye*, de Jean Lemaire de Belges (1473-1524?), têm o primeiro livro publicado em Lyon em 1509; em Paris, são publicados os livros I e II no ano de 1512 e, no ano seguinte, o livro III; o restante aparece em 1531 e 1549. As *Antiquités de Paris*, de Gilles de Corrozet (1531), são retocadas ao longo do século. O *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, de Jean Bodin (1566), tem onze tiragens entre 1566 e 1650. Etienne Pasquier morre em 1615, após ter publicado seis edições de suas *Recherches de la France* (1560, 1565, 1581, 1596, 1607, 1611) e preparado aquela de 1621, sem contar as reimpressões aqui e acolá. Podemos multiplicar os exemplos ao infinito. A história está verdadeiramente no coração do pensamento humanista e seu sucesso se confirma ao longo destes dois séculos. À maneira de Jean Bodin, é conveniente, todavia, usar o plural. A história não é uma disciplina identificada como tal, a despeito da existência de uma nova reflexão teórica e crítica. Tampouco ela emerge de um gênero literário codificado; não é objeto de ensino, senão nas educação dos príncipes. Os contemporâneos, em primeiro lugar Jean Bodin, em seu *Methodus*, não a reduzem apenas ao “relato verdadeiro de eventos passados”. Mesmo deixando-se de lado a história “natural” e “divina”, a história simplesmente “humana” é diversa e há muitas maneiras de expor “as ações dos homens vivendo em sociedade”.

O novo contexto

A revolução da imprensa

A imprensa sacudiu a reflexão e o trabalho do historiador e, em meio século, colocou à sua disposição uma massa de textos e de informações que os raros privilegiados que até então tinham acesso às mais ricas bibliotecas dificilmente conseguiriam reunir. Certamente, antes da difusão da imprensa, algumas importantes bibliotecas possuíam os grandes textos. Mas a Sorbonne, com 1.722 volumes, em 1338, era excepcionalmente rica. Saint-Denis não possuía mais que 1.600 volumes em 1465. Graças à imprensa, o livro tornou-se algo comum e trabalhar rodeado por livros em uma biblioteca particular, a regra. Nicole Gilles, notário e secretário de Louis XII, escreve seus *Annales et Chroniques de France*, com a ajuda de livros que ele próprio reuniu. Em 1499, possuía uma centena de obras: uns quarenta manuscritos, cerca de sessenta obras impressas, das quais perto de quinze livros de história, historiadores da antiguidade pagã (Tito Lívio, Valério Máximo), cristã (Flávio Josefo, Paulo Orosio), os grandes clássicos do século XIII (o *Miroir historial*, de Vincent de Beauvais, as *Grandes Chroniques de France*), e mesmo obras recentes como as *Chroniques*, de Froissart, ou o *Mer des histoires*, todas impressões parisienses entre 1476 e 1496.

As imprensas multiplicaram-se na Itália do norte e no vale do Reno, antes de Paris estabelecer seus principais ateliês, em 1470, para ocupar, duas décadas depois, o primeiro lugar na produção de impressos. Estima-se, na Europa, em cinco mil as edições de incunábulos antes de 1481; em mais de vinte mil a produção entre 1481 e 1500, com uma tiragem entre 200 e 500, que poderia ainda chegar a 1.500 exemplares ao final do século XV. Considerando uma média de 500 exemplares por edição, são cerca de treze milhões de exemplares (para uma população europeia de talvez setenta milhões de habitantes) que são oferecidos no mercado, ou seja, um crescimento de 6.000% em relação à produção manuscrita. No século XVI, editou-se entre trezentos e quatrocentos mil títulos, com tiragens médias de 1.500 exemplares, para uma população estimada em cerca de cem milhões de habitantes em 1600. O preço do livro,

por sua vez, foi reduzido com o aperfeiçoamento das técnicas, com a baixa do custo do papel e dos formatos. Assim, a biblioteca de Nicole Gilles, notória nos anos 1490, teria sido julgada modesta um século mais tarde. Jacques Auguste de Thou (1553-1617) compôs, entre 1573 e 1617, uma biblioteca erudita que contava com 6.600 referências no catálogo realizado quando da sua morte, uma das mais ricas da capital durante o reinado de Luís XIII. A história era ali representada por 1.045 entradas, menos que a teologia (1.447), as belas-letras (1.469), as ciências e as artes (1.369), porém mais que o direito (346) (CORON, p. 101-125 Apud JOLLY, 1988). De Thou fora nomeado, por Henrique IV, *maître* da Biblioteca Real.

A cultura histórica durante muito tempo repousou sobre uma dúzia de obras escritas antes de 800:

[...] ao longo de mil anos, as duas obras de Flávio Josefo, a *História eclesiástica* de Eusébio-Rufino, a *Crônica* de Eusébio-Jerônimo, a *História* de Orosio, a *História tripartite* de Cassiodoro, a *Crônica* de Isidoro e a *Histoire ecclésiastique* de Bède foram, naquilo que dizia respeito à história cristã, o fundamento mesmo da cultura ocidental (GUENÉE, 1980, p. 303).

De modo geral, eram os títulos dos quais Cassiodoro, nos anos 560, estimava o conhecimento necessário aos teólogos (*Institutiones*). No século XIV, os fundos comuns de obras históricas eram compostos de uma vintena de títulos. No século seguinte, o espetacular avanço (*percée*) dos antigos precede a imprensa, graças a Valério Máximo e Justino, e o declínio da cultura teológica é iniciado. A impressão rápida da maior parte das fontes antigas e de numerosos textos medievais permite o impulso da história política e profana, antiga e nacional.

Os historiadores puderam, desde então, dispor de uma documentação massiva e, sobretudo, recente. Há neste fato uma diferença de natureza – e não apenas de grau – entre a obra de um historiador da Idade Média e aquela de um historiador do Renascimento. A disposição das páginas, a forma material dos volumes induzem a novas práticas de leitura e de trabalho, uma nova apropriação do saber, facilitado por capítulos, sumários, índice, notas, que permitem uma

localização rápida e evitam a leitura *in extenso*. Os textos impressos são, por outro lado, dignos de fé; cuidadosamente relidos e corrigidos, é possível citá-los e cada um pode consultá-los. O historiador consegue, desde então, mostrar (*apporter*) as provas.

A sociabilidade erudita

O modelo da biblioteca do príncipe vem da Itália. A primeira Biblioteca do Rei foi dispersa na Inglaterra em 1429, após seu resgate pelo Duque de Bedford. Luís XII constituiu uma nova, em Blois, a partir da biblioteca de seu pai, Carlos de Orléans. Em comparação com as bibliotecas italianas, era uma coleção pobre que as pilhagens das guerras na Itália enriqueceram. Carlos VIII trouxe, de sua expedição napolitana, 1.140 manuscritos da soberba livraria dos reis aragoneses, em 1495, e Luís XII pilhou, no castelo de Pavia, os tesouros (*trésors*) dos Visconti e dos Sforza. O monarca considerava esses manuscritos como um bem pessoal e, se ele fez traduzir por Claude de Seyssel (~1450-1520) algumas histórias antigas (a *Ciropédia*, de Xenofonte, a *História romana*, de Apiano, o *Resumo (Abrégé)* de Justino, Diodoro da Sicília, a *História eclesiástica*, de Eusébio, e, por fim, Tucídides), era para seu próprio uso. Ele estimava estes preciosos volumes como “coisa muito rara”, para serem mostradas apenas aos príncipes e aos grandes personagens. A atitude de Francisco I foi outra. Aconselhado por Guillaume Budé, ele viu na edição humanista um meio de glorificação. Instituiu o colégio de três línguas (hebreu, grego, latim), futuro *Collège de France* (1530), para remediar as deficiências da Universidade, e fez não apenas imprimir as traduções de Seyssel, mas iniciou uma política sistemática de aquisição de documentos, sustentada pela instituição do depósito legal, em 1537, para a nova biblioteca de Fontainebleau, enriquecida das coleções de Blois, em 1544. Mudada para Paris em meados do século XVI, a Biblioteca Real foi pilhada no tempo da Liga. Ela não continha mais que 1.329 volumes em 1645, logo que o legado (*le legs*) de Jacques Dupuy (1656) a enriqueceu com 9.223 volumes. Colbert a instalou na rua Vivienne, em 1666. A classificação dos livros, elaborada por Nicolas Clément, no final do século XVII, fundada em uma cotação de letras alfabéticas (ainda em vigor), atribuía dez letras à história, quatro à religião e quatro à filosofia.

A Biblioteca do Rei não foi aberta ao público senão por volta de 1700, à diferença da Biblioteca Mazarine, que abriu suas portas em 1661. A Colbertine era, sob Luís XIV, a mais famosa. Colbert confiou sua administração a Etienne Balluze que recolheu a coleção de De Thou e ligou seu nome à empresa dos mauristas que o ministro captou em proveito do Estado para suas vastas campanhas de cópia de manuscritos na França e na Europa. A Biblioteca Colbertine acolhia os eruditos (*érudits*).¹ Em 1675, ocorriam ali reuniões semanais. Suas coleções foram integradas às da Biblioteca do Rei em 1731. As coleções de Sainte-Geneviève foram inteiramente renovadas a partir de 1619 e chegavam a quinze mil volumes por volta de 1690-1700. Saint-Germain sofreu menos, mas as coleções foram enriquecidas sobretudo depois de 1640, alcançando sete mil volumes e mil manuscritos em 1685.

Em torno das bibliotecas, formaram-se círculos eruditos (*cercles savants*). Os historiadores já não trabalham mais isoladamente. As congregações religiosas fizeram apelo a equipes inteiras. No mundo da toga (*monde de la robe*), colecionavam-se livros e manuscritos, reuniam-se e intercambiavam-se livros e informações. As guerras de religião e as pilhagens colocaram no mercado numerosos manuscritos, alguns salvos por colecionadores. Etienne Pasquier abre a seus amigos seus acervos (*trésors*) e consulta suas obras raras e seus manuscritos: Claude Fauchet (1530-1602) possuía então um manuscrito dos *Anais*, de Flodoard, proveniente da abadia de Saint-Victor. Pierre Pithou (1539-1596) empresta-lhe seus manuscritos sobre a história da França, antes de publicá-los (*Annalium et Historiae Francorum*, 1588; *Historiae Francorum, scriptores veteres*, 1596: fontes dos séculos VIII e XIII). Pasquier frequenta, bem entendido, Jacques Auguste de Thou, cuja biblioteca é o ponto de encontro da sociedade erudita parisiense. De Thou mantinha relação com Joseph Juste Scaliger, a quem pede auxílio constantemente, a Isaac Casaubon, Claude Dupuy e seus três filhos, Pierre Pithou e seus dois filhos, Denis Petau, os irmãos Sainte-Marthe. Em testamento, ele confia a guarda da sua biblioteca e o cuidado de educar seus filhos a Pierre Dupuy (1582-1651), conservador da Biblioteca do Rei, em 1635, mas que, na mansão de De Thou, continua a reunir a “*académie putéane*”,² que concorre para o surgimento da libertinagem erudita.

As correspondências permitem se informar das últimas publicações e os bibliotecários realizam compras pela Europa inteira. Os amigos diplomatas ou religiosos recebem a missão de adquirir manuscritos ou edições procuradas. O erudito provençal Nicolas Claude Fabri de Peiresc (1580-1637), grande figura da República das Letras, consultado por toda a Europa, possuía uma biblioteca, infelizmente dispersa após sua morte, que despertava a admiração geral pela sua diversidade, sua atualização permanente, bem como seus escritos preciosos e raros.

A *académie putéane*, às quintas-feiras de Henri Justel, o círculo do abade de Longuerue acolheram os eruditos que mais tarde se reencontraram em Saint-Germain-des-Prés, como Barthélemy d'Herbelot, os irmãos Valois, Renaudot, o abade Bignon, o abade Fleury, mas também magistrados eruditos como Bulteau, Nicolas Clément, Baudelot ou Thévenot. A política autoritária de Richelieu acomodava-se mal com estas primeiras academias, círculos informais de letrados em que se tratavam livremente de grandes questões filosóficas. Tal política preferia as academias oficiais, patrocinadas pelo poder, sobre as quais seria possível exercer um controle. A *Académie Française* foi fundada em 1635; a *Petit Académie* o foi por Colbert, em 1661, ancestral da *Académie des Inscriptions et Médailles* (1701) tornada depois *Académie d'Inscriptions et Belles-Lettres* (1717), cuja função era estudar os testemunhos passados mais próprios a glorificar o rei. A *Petit Académie* permitiu, logo em seguida, a Fronda, fazer trabalhar para o rei eruditos que frequentemente já ocupavam cargos de conservadores das bibliotecas, de censores, de historiógrafos e recebiam, por vezes, pensões, afastando-os de meios jansenistas, devotos ou livre pensadores.

O inventário das riquezas

A profusão dos livros tornou necessária a publicação de repertórios especializados, combinados com comentários sobre os autores e sobre as diferentes edições.³ No décimo capítulo de seu *Methodus* (1566), Jean Bodin propunha uma bibliografia crítica dos historiadores, do seu grau de veracidade e de sua informação. Duas *Bibliothèques Françaises* apareceram simultaneamente em 1584, escritas pelo

protestante La Croix du Maine (1552-1586?) e por Antoine du Verdier (1544-1600), nobre (*gentilhomme*) ordinário da Maison du Roi. Os sumários elaborados por Rigoley de Juvigny (Paris, 1772-1773, 6 vol.) ilustram o sucesso de uma história conquistadora que absorve a cosmologia, a geografia, as viagens e todas as disciplinas do antiquariato: cronologia, brasões, genealogia, estudos de instituições, de modos e costumes.

Tabela 1 - História (número de títulos)

	La Croix du Maine	Du Verdier
Cosmografia, cronologia	25	41
História Eclesiástica	24	84
História grega e romana	32	38
História geral da França	19	–
História particular dos reis da França	24	42
História das províncias e cidades da França	38	35
<i>Mélanges</i> da história da França	20	50
História dos diferentes Estados da Europa	25	50
Histórias da Ásia, África, Américas	32	50
<i>Mélanges historiques</i>	21	38
Genealogias, heráldica	21	23

Fonte: *Bibliothèque Française*, de La Croix du Maine e *Bibliothèque Française*, de Rigoley de Juvigny.

No *Méthode que l'on doit tenir en la lecture de l'histoire, vrai miroir exemplaire en notre vie*, que Pierre Droit de Gaillard publicou em 1579, a bibliografia não representa senão dez páginas em 570. Em 1599, La Popelinière, em sua *Histoire des histoires*, balanço de um século de estudos historiográficos, menciona mais de um milhar de historiadores. Em 1713, o catálogo de Pierre Nicolas Lenglet Dufresnoy (*Méthode pour étudier l'histoire...avec un catalogue des principaux historiens*

*et des remarques sur la bonté de leurs ouvrages, 1713) conta com precisamente 304 páginas. A primeira edição da *Bibliothèque historique de la France, contenant le catalogue de tous les ouvrages tant imprimés que manuscrits qui traitent de l'histoire de ce royaume* aparece em 1719.* Tais instrumentos de trabalho, atualizados, facilitavam as pesquisas e forneciam informações sobre as obras, sobre os autores e sobre as diferentes edições de seus escritos e sua raridade: prova, se assim for, que existia um mercado do livro de história.

Os historiadores

Mesmo para os historiadores oficiais que eram os historiógrafos, a história não era um ofício. Remunerava mal os polígrafos que se esforçavam para viver dela (UOMINI, 1998). Não havia professores de história. Ela permanecia uma atividade, uma curiosidade. O estudo do passado inscreve-se na perspectiva de outras disciplinas: a teologia, as belas-letras, o direito e a política. Mesmo os perfis dos historiadores são tão diversos quanto suas obras. Todavia, os termos *historiógrafo* ou *cronógrafo*, cujo uso era raro no medievo, propagam-se.

O historiador, homem da Igreja

A memória do passado perpetuava-se graças aos religiosos e aos homens da Igreja. Mas a escrita monástica de anais (*annalistique monastique*) declinara, com a exceção notável da abadia de Saint-Denis, necrópole e santuário da dinastia capetíngia. Com Suger, que ali fora abade de 1122 até 1151, criou-se o hábito de se escrever a história de cada reino (*Chroniques de Saint-Denis*) em latim; mas, com a demanda de Luís IX, Primat redigiu em língua vernácula o *Roman des Rois*, história da monarquia francesa desde as origens troianas (terminada em 1274). A Guerra dos Cem Anos perturbou esta colaboração à qual Carlos VII se mostrou, contudo, fiel quando, tendo retomado Saint-Denis dos ingleses (1435), designou Jean Chartier, cantor litúrgico de Saint-Denis, “cronista da França”, ajuramentado e indicado (1437). Os religiosos prosseguiram assim as *Grandes Chroniques* até

o reino de Luís XI, que progressivamente puseram fim ao monopólio dionisiano (*dyonisien*, habitante de Saint-Denis) em matéria de história oficial, na ocasião do falecimento de Guillaume Danicot, *historiador do rei* e Jean Castel como *Cronista da França*.

As Guerras da Itália causaram duros golpes em uma historiografia excessivamente submetida à autoridade da Igreja, da qual os humanistas modificaram o sentido e o valor. Na Idade Média, era considerado como “autêntico” um escrito afiançado por uma autoridade (príncipe, bispo, assembleia de religiosos) e quanto mais elevada a autoridade (imperador, papa), mais o documento era autêntico (GUENÉE, 1980, p. 131-140).⁴ Lorenzo Valla (1407-1457), contestando a validade da doação de Constantino, ou seja, a autoridade mesma do papa, fez prevalecer o critério inteiramente novo da validade histórica dos fatos, da exatidão factual. Valla tinha então servido a Alfonso de Aragão e composto sua *De falso credita et emitita Constantini donatione declamatio* (1440) para denunciar os abusos de um poder temporal cuja autoridade repousava sobre uma falsidade, identificável graças às contradições, às incoerências, aos absurdos e aos anacronismos linguísticos. Mas Valla encerrou sua carreira a serviço de Nicolas V (1447): sua *declamatio* não fora impressa senão em 1517 por Ulrich von Hutten, no ano em que Lutero publicou suas teses.

A crítica das tradições da Igreja tornou-se logicamente oapanágio dos protestantes, que viram na história uma temível arma para solapar a autoridade de Roma: uma história teológica, providencial, mobilizada pelas necessidades da controvérsia, notadamente dentro do Santo Império. Os protestantes imediatamente ressentiram a necessidade de aplicar as regras da crítica filológica às Santas Escrituras e a todas as autoridades caras à Igreja romana. Obrigados a proceder rapidamente, eles descobriram as virtudes da pesquisa coletiva. A iniciativa deve-se a um professor de Wittenberg, depois de Magdebourg, Mathias Vlacich (*Flaccius Illyricus*) (1520-1575), que remeteu a todos os seus correspondentes uma *consultatio* na qual ele expôs a necessidade de efetuar uma vasta pesquisa para estabelecer a perenidade de verdadeira fé, denunciar os abusos da Igreja e legitimar a Reforma. As *Centuries de Magdebourg (Ecclesiastica historia... secundum singulas centurias)* que cobrem os treze primeiros

séculos da Igreja (1559-1574), chamaram uma pronta resposta dada pelo cardeal Baronius Bossuet (1627-1704) que, em sua *Histoire des variations des Eglises protestantes* (1688), situou a polêmica sobre o terreno da teologia, vislumbrando as consequências da Reforma. Teólogo, bispo de Meaux, um dos grandes pregadores do século, a Bossuet também fora confiado o cargo de preceptor do grande delfim para o qual escreveu o *Discours sur l'histoire universelle* (1681), último grande discurso de teologia cristã sobre a história, na tradição de Eusébio e de Orosio.

No impulso da Reforma tridentina, as ordens religiosas põem-se a trabalho para investir na cena da erudição e não deixá-la apenas como monopólio dos reformados. O dossier da crítica erudita ganhou frescor renovado. Equipes foram mobilizadas, para responder aos escritores de centúrias (*centuriateurs*).

Os jesuítas entraram na arena. Ardentes defensores da Igreja romana, eles respondem também sobre o terreno da história. Em 1607, em Anvers, o padre Heribert Rosweyde (1569-1629) inaugurou o canteiro das *Acta Sanctorum*, compilação das vidas dos santos escritas na base de documentos originais. O padre Bolland (1596-1665) retoma a empresa com o padre Daniel Van Papenbroeck (1628-1714) e a publicação começa em 1643. Os bollandistas imaginavam-se iniciadores da hagiografia erudita e crítica e Van Papenbroeck editou as regras do método (*Sur le discernement du faux et du vrai dans les vieux parchemins*, 1675) mostrando-se por vezes excessivamente crítico, negando, por exemplo, a autenticidade dos diplomas merovíngios de Saint-Denis (muitas vezes com razão). Os franceses retorquiram. Fundada em 1618, de origem lorena, a congregação de Saint-Maur tomou por função responder aos protestantes. Instalada em Saint-Germain-des-Prés em 1631, ela compreendia 191 casas, no final do século XVII. Seu primeiro superior geral, Dom Grégoire Tarisse, definiu na constituição de 1645, com o apoio de Richelieu, um ambicioso plano de estudos. Com o estímulo do bibliotecário dom Luc d'Achery (1609-1685), um impressionante programa de publicações foi colocado em funcionamento. Desde 1648, para defender as posições católicas na controvérsia, a congregação trabalhou na edição dos Pais da Igreja, gregos e latinos, em uma história da Igreja e em uma história da

ordem de São Bento. O trabalho tomou a forma de uma pesquisa coletiva, devidamente enquadrada, que repousava sobre a investigação e a crítica de documentos originais (*Lettre circulaire au sujet qu'on demande pour composer l'histoire de l'ordre*, 1647). Treze volumes de documentos sobre a história da congregação apareceram entre 1665 e 1677 seguidos, a partir de 1668, pelas *Acta sactorum ordinis sancti Benedicti* (1668-1701) e pela *Histoire littéraire* da ordem. Os mauristas elaboraram, contra os bolandistas, as regras da crítica. Dom Jean Mabillon (1632-1707), natural da região de Champagne-Ardenne que chega em Saint-Germain-des-Prés em 1664, torna-se rapidamente o arauto da erudição histórica com suas *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*, de 1677, com sua *De Re diplomatica* (1681) que funda a ciência da “diplomática” e, em 1691, com seu *Traité des études monastiques*. Sobre a base de mais de duzentos diplomas (*chartes*) dados como exemplo, Mabillon definiu as regras da prudência e os critérios da crítica externa (pergaminho, papel, tinta, escrita) e interna (língua, fórmulas, datação, coerência interna, coerência em relação aos dados históricos conhecidos), mostrando que a história resulta menos da narração que do conhecimento, menos da escrita que do julgamento.

Nos anos 1680, a organização maurista estava bem polida. A congregação contava com algo em torno de três mil religiosos em seis províncias. Em cada província, uma hierarquia estrita fixava as tarefas. Um monastério estava tomado pelos estudos e os jovens professados, distinguidos por suas capacidades, ali recebiam durante cinco anos uma formação em filosofia e em teologia, antes de retornar para seu monastério original para trabalhar na classificação dos arquivos e das bibliotecas, na elaboração de fichários, na decifração dos manuscritos. Estas pesquisas locais forneciam o material necessário aos eruditos mais notórios reunidos em Saint-Denis ou em Saint-Germain-des-Prés. Esta última abadia abrigava, por volta de 1690, cerca de cinquenta religiosos, mas uma dúzia deles trabalhava apenas nas grandes coleções seguindo o protocolo de Mabillon: reunir provas, precaver-se contra a falsidade, lutar contra o pirronismo. Herdeiros dos filólogos e dos humanistas, os mauristas definiram os princípios de um método erudito e renovaram a história de sua ordem e das províncias francesas ao integrar ali fontes documentais.

Os jansenistas, numerosos nas fileiras dos mauristas, aplicaram-se também a reunir provas em favor de suas convicções. Sébastien Le Nain Tillemont (1637-1698) oculta-se por detrás das fontes que julga dignas de fé a fim de reescrever a história da Igreja primitiva (*Histoire des Empereurs et autres Princes qui ont régné dans les six premiers siècles de l'Eglise*, 1692-1710 e *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles justifiés par les citations des auteurs originaux*, 1693-1712). O oratoriano Richard Simon (1638-1712) aplica seus métodos críticos à exegese bíblica. Sua *Histoire critique du Vieux Testament* (1678) valeu-lhe as desgraças da censura; o livro foi proibido pelo rei e pela Congregação do Index (1683) e Simon excluído de sua ordem. A Igreja, com efeito, não estava pronta para aceitar esta evolução e julgava a crítica aplicada às santas Escrituras perigosas. Os Bolandistas foram assim condenados pela Santa Sé em 1695. A prudência era, com efeito, de rigor, em uma época em que a prova histórica, tão potente em aparência, estava fragilizada tanto pela dúvida cartesiana como pelo ceticismo dos livre pensadores. Onde termina a crítica? Como esperar a certeza e a verdade? A história do padre jesuíta Hardouin (1646-1729) ilustra os perigos de uma crítica que degenera em pirronismo. Bretão ingressado no noviciado em 1660 e nas ordens em 1664, ele chegou em Paris no ano de 1674 como bibliotecário do colégio *Louis le Grand* e recebeu a incumbência de ensinar teologia positiva. A este erudito foi confiada a edição de Plínio, o Velho, *ad usum Delphini* (1684). Trabalhando sobre as cronologias e sobre os Pais da Igreja, Agostinho, Tertuliano e Ambrósio, citados pelos heréticos protestantes e, sobretudo, pelos jansenistas, ele chega, entre 1690 e 1692 – precisa ele –, a adquirir a certeza de que a história antiga não era mais que uma invenção de falsários, imaginada em todas as suas peças dentro do segredo dos monastérios beneditinos, antes da invenção da imprensa no século XIV, pelos laboriosos monges, ímpios e ateus que criaram uma tradição histórica para dar uma legitimidade à sua heresia, mostrando que a natureza e o destino foram adorados pelos supostos antigos antes de o serem pelos humanistas, os jansenistas e os discípulos de Malebranche. Esses monges tinham mesmo imaginado um corpo inteiro de história com um grande cuidado de verossimilhança, multiplicando

os escritos dos pretendidos Padres da Igreja, habilmente dispersos pelos quatro cantos do Império, denunciando alguns escritos como apócrifos, para melhor fazer aceitar os outros como verdadeiros; imaginando uma história pagã rica em abominações, em massacres, em impurezas e tendo mesmo inventado medalhas que tiveram o cuidado de enterrar. Rompido com a crítica dos textos, Hardouin retornou ao argumento sobre a unanimidade dos testemunhos para aí encontrar a prova do complô. Homem lógico, racional, ele era profundamente angustiado com a ideia de não conseguir descobrir a verdade e exprimiu sem rodeios sua desconfiança em relação à história humana corrompida, indigna de fé. Os jesuítas inquietaram-se com isso a ponto de exigir uma retratação,⁵ sem, no entanto, retirar-lhe a confiança. Ele conservava suas funções de bibliotecário, seu curso de teologia positiva e a edição dos concílios, fontes de novas censuras. As obsessões de Hardouin prestam homenagem à erudição maurista e jansenista capaz, acredita-se, de criar, a partir de todas as peças, uma história justificada por um complexo conjunto de “provas”.

O historiador, homem de letras

A leitura assídua de *De oratore*, de Cícero, convenceu os humanistas de que a história era, de início, um relato submetido a regras e às exigências do estilo. A história, segundo as fórmulas consagradas, *testis temporum, lux veritatis, magistra vitae, vita memoriae*, não possuía pior inimigo que a mentira. A essa exigência de verdade juntava-se aquela da excelência da composição e da nobreza do estilo. Era preciso cuidar da *ordo* e da *dispositio* para classificar o material, em seguida, dispor (*disponere*), ornar (*excolere*) e polir (*perpolire*) seu relato. As *artes historicae* enunciaram recorrentemente as regras, expostas por Cícero e Quintiliano, da arte de escrever uma história eloquente.

Na França do fim do século XV, “atormentada de italiano-mania”,⁶ a história nova parecia a única adaptada para celebrar as campanhas de Carlos VIII. Luís XII desejou uma história da França digna, pelo estilo, dos melhores modelos italianos e demandou que se fizesse apelo a um italiano. Chamado em 1599, o veronense

Paolo Emili (*Paul Emile*, †1529) vem assim reescrever a história da monarquia francesa e seu *De rebus gestis Francorum* (1516-1519) é mesmo a primeira história humanista escrita por um estrangeiro.⁷ A tarefa era difícil, pois a França, país de antigas tradições, era orgulhosa de suas *Grandes Chroniques*, de que Nicole Gilles fez aparecer uma versão modificada em 1492. Rejeitar a tradição medieval significava tocar na monarquia. Paolo Emili beneficiou-se, todavia, de certa liberdade e fez prevalecer os princípios de Leonardo Bruni: intenção patriótica, história política e secular, tendo em alta conta o estilo, e mesmo o emprego crítico das fontes e a rejeição das lendas. Escrever uma história humanista significava renunciar às lendas nacionais, caras aos franceses. A origem troiana, das quais Gaguin, Gilles e Lemaire de Belges colocavam-se como garantias, não era em seu relato senão simples asserção, e a santa ampola, trazida pela pomba branca no momento do batismo de Clóvis, foi passada em silêncio. Emili ornava, por outro lado, seu relato com discursos ouvidos. Tradutor de Tucídides para Louis XII, Seyssel tinha explicado ao rei que os “*conclions*” (discursos) eram os mais belos trechos da história eloquente.

O sucesso dessa história estrangeira suscitou vivas reações, exacerbadas pelo patriotismo. Denunciava-se a imitação de Cícero como exercício escolar, a história à moda italiana como inutilmente empolada, declamatória, mal adaptada às exigências francesas. O historiador dado como modelo foi Commynes (1447-1511), o *Tito-Lívio francês*, editado por Denis Sauvage, em 1552, sob o título novo de *Mémoires* (e não mais como *Chroniques et histoire*). Jean Sleidan (1506-1556), na sua tradução latina (*Commentarii*, 1548), esboçou um paralelo de Commynes com César, sublinhando as belezas de um estilo simples, eficaz, direto, sem ornamentos supérfluos e vaidosos.

A monarquia, entretanto, não renunciou à história eloquente, conforme o ideal de história oficial que os “historiógrafos” deveriam escrever. Luís XI, que colocou fim ao monopólio de Saint-Denis, deixou o título vago, recusando mesmo em duas oportunidades (1476, 1479) seu patrocínio a Robert Gaguin. Paolo Emili não recebeu nem título, nem pensão. Não foi senão no reinado de Henri II que a função foi oficialmente instituída (1554) e o primeiro titular foi Pierre de Paschal (1522-1565), historiógrafo latino,

que assumiu o custo de uma verdadeira ofensiva contra a história eloquente e a *vera et pura narration* ciceroniana. Adrien Turnèbe o acusou de “bem dizer” (*bien dire*), mas não de “dizer a verdade” (*dire vrai*), em um panfleto latino traduzido por Joachim du Bellay (*Nouvelle manière de faire son profit des lettres*, 1559).

O título, na falta da pensão, foi generosamente distribuído, notadamente na segunda metade do século XVI, quando grandes nomes o ilustram: André Thevet, François Hotman, François de Belleforest, Bernard du Haillan, Claude Fauchet. Faltam, todavia, nesta lista Jean du Tillet, Etienne Pasquier, Loys le Roy (1510-1575), Jacques-Auguste de Thou, Jean Bodin, La popelinière (1541-1605). Havia dois cargos: aquele de historiógrafo da França, mais raro – oito diplomas entre 1550 e 1670 – se passava por mais prestigioso. Aquele de historiógrafo do rei foi, pelo contrário, mais liberalmente acordado, notadamente por um poder em busca de legitimidade, ou na necessidade de construir uma nova rede de fidelidade como desde a minoridade de Luís XIV e os acontecimentos da Fronda. Contam-se 62 diplomas de historiógrafo do rei entre 1550 e 1700. O apogeu do cargo situa-se entre 1550 e 1640.

Bernard du Haillan (1535-1595) foi herdeiro de Paul Emile. Sua *Histoire générale des rois de France* (1576) expõe as qualidades de uma “grande história”. A “História” distingue-se das crônicas, insuficientes, ingênuas, difusas, escritas por homens ignorantes e bárbaros: “[...] é preciso desculpar neles a barbaria de seus séculos”. Du Haillan não conhecia senão a história antiga, enriquecida pelos italianos de considerações políticas e diplomáticas, que não deve, diz ele, tratar de outra coisa que não sejam os assuntos do Estado. Retomando a trama cronológica de Paolo Emili, ele insere ali fragmentos de crônicas e de discursos à imitação dos antigos. Scipion Dupleix (1569-1662), François Eudes de Mézeray (1610-1683), o padre Daniel (1649-1728) continuam a ilustrar esta tradição. Essas “grandes histórias” da França apresentam-se todas sob a forma de uma sucessão ininterrupta de reis, do mítico Pharamond, o primeiro a ocupar o trono, até o predecessor do príncipe reinante, seguindo uma numeração contínua que mascara as usurpações, discretamente sugeridas pela sucessão das três “raças” sobre o *trône les lys* (França): os Merovíngios, os Carolíngios e os Capetíngios.

Sem que tenha sido necessário remontar até o dilúvio ou simplesmente ao cerco de Troia, essas histórias, apoiadas sobre genealogias e cronologias, relatam a história da mais antiga monarquia europeia, a primeira e mais fiel aliada da Igreja romana, graças ao batismo de Clóvis. Os grandes episódios das lendas nacionais (*légendaire national*) são ali enriquecidas sem cessar com detalhes e anedotas novas. De um historiador a outro, os relatos não se repetem, eles se avolumam.⁸ Manifestação de patriotismo, a história da França, segundo Philippe Ariès, é uma trama sobre a qual cada um borda, “[...] que cada geração refaz em seu estilo e segundo sua maneira” (ARIES, 1986, p. 159). Um assunto tão grave não poderia ser escrito senão em um estilo nobre, os discursos constituindo verdadeiras porções de bravura. E não poderia, tampouco, ser tratado sem gravidade. Estes historiadores eram conscientes e as anedotas que continuam a correr em sua conta não são quase nada verossímeis: como o padre Daniel, em uma hora de trabalho na Biblioteca do Rei, poderia ter juntado a matéria para dez grossos volumes *in quarto*, repletos de citações e referências?

Nos colégios jesuítas, a história eloquente seduz um público elevado no culto a Cícero. Contra os mauristas, que se esforçam em aperfeiçoar a crítica erudita, os jesuítas, como os cartesianos e livre pensadores, fazem-se detratores de uma erudição pedante e pretensiosa, que acumula detalhes insignificantes e provas inúteis. O padre Rapin (1621-1687) dá o tom em sua *Comparação de Tucídides e de Tito Lívio* (1677):

[...] no século passado, se se vangloriava muito mais de erudição... era o gênio daquele tempo onde nada estava mais em voga que a grande capacidade e uma profunda literatura: estudava-se a fundo as línguas; aplicava-se a corrigir o texto dos antigos autores por meio de interpretações pesquisadas, a pontilar sobre um equívoco, a fundar uma conjectura para bem estabelecer uma correção; enfim, se se prendia ao sentido literal de um autor, pois não se possuía a força para se elevar o espírito para bem conhecê-lo, como se faz atualmente, quando se é mais razoável (*raisonnable*) e menos sábio (*savant*) (RAPIN, 1725, I, p. 175-76).

A erudição não permite nem apreciar as belezas, nem se formar um gosto distinto e delicado. Suas *Reflexions sur l'histoire* (1675) expõem os princípios estéticos do classicismo francês:

[...] a história deve ser eloquente para não ser entediante: é neste ponto, principalmente, que deve consistir sua arte... ao historiador é dada sua matéria pelas memórias a ele fornecidas, mas cabe a ele de arranjá-las; e para fazê-lo como se deve, não deve tanto pensar no que diz, mas sim na maneira de dizê-lo... nada é mais essencial que saber bem narrar (*raconter*)... a narração é perfeita desde que ela não contenha nada de supérfluo. Eis aí, em uma palavra, em que pode se reduzir a perfeição da qual ela é capaz. Os preceitos de Cícero e de Quintiliano não dizem nada além disso: depois do quê, não tenho, eu mesmo, nada a dizer. (RAPIN, 1725, I, p. 175-176).

Simplicidade, grandeza, pureza, verdade, vigor, força, dignidade, natural, são termos que emergem de sua pena. Todas as figuras são passadas em revista: paixões, descrições, discursos, retratos, reflexões e sentenças. Enfim, o julgamento, a razão e a sabedoria participam na beleza do conjunto. Cícero não tinha outro discurso sobre o historiador:

[...] o amor que ele deve ter pela verdade deve ser a regra de todas as suas expressões e de todas as suas ideias. Que ele fale sempre como um homem de bem, que não diga nada jamais que possa ferir o pudor e a integridade; que seja austero nos sentimentos que a honra mais exata possa inspirar (RAPIN, 1725, I).

Como modelos, Rapin propunha, além de Tucídides, que tinha sua preferência, e Tito Lívio, Commynes e Paolo Emili.

O historiador jurista e homem de toga

Em *La manière de lire l'histoire* (1614), René de Lucinge enumera os estereótipos nacionais:

[...] parece... que cada nação possui um dom especial para a ciência com o qual precede as outras. Encontram-se aí diferentes disposições de espírito, com inclinação para bem escrever em uma profissão mais que em outra. Os franceses encontraram entre si grandes juristas e, em seus cursos de Parlamento, excelentes advogados que fizeram brilhar os soalhos dourados de seus tribunais com louvor, e na primeira fileira da eloquência e da doutrina (LUCINGE, 1993, p. 144).⁹

De fato, a figura do historiador jurista impõe-se com o sucesso da escola do direito francês – a *mos gallicus* – que, fundada em Bourges no começo do século por Marguerite de France e pelo chanceler Michel de l'Hopital, acolheu professores prestigiosos como o milanês Andrea Alciato (1492-1550), François Hotman (1524-1590) ou Jacques Cujas (1522-1590). O direito francês, em reação ao direito romano (Bolone), pretende mostrar a superioridade das instituições do reino e tem grande consideração pela filologia e pela crítica das fontes. A formação dos parlamentares enfatizava, assim, sobre todos os conhecimentos que diziam respeito ao passado. Este grupo de juristas vai ocupar um lugar determinante, entre os autores e entre os leitores. São vários os historiadores formados nesta escola: François Hotman (1524-1590) estudou direito em Orléans, antes de ensinar em Paris, em Valence, em Bourges e em Genebra. Jean Bodin (1530-1596) fez seus estudos em Toulouse antes de se tornar advogado em Paris, secretário do duque d'Alençon, depois secretário do rei. Etienne Pasquier (1529-1615) seguiu os ensinamentos de Hotman e de Baudoin e, em Toulouse, as lições de Cujas, antes de chegar a Pádua para ali escutar Alciato. Claude Fauchet (1530-1602), estudando em Orléans, tornou-se advogado e conselheiro em Châtelet, depois presidente da *Cour des Monnaies*; Jean du Tillet († 1570) era escrivão no Parlamento de Paris. Pai de Jacques

Auguste de Thou (1553-1617), Christophe fora primeiro presidente no Parlamento de Paris. Seu filho, prometido ao estado eclesiástico, fez estudos de teologia e em seguida de direito; ele se tornou referendário (*maître des requêtes*), conselheiro de Estado e, em 1595, magistrado do Parlamento (*président à mortier*). Ele foi seguidamente enviado em missão diplomática por Henrique IV e colaborou com a redação do Édito de Nantes. Aos olhos de Pasquier, apenas um jurista poderia escrever a história, pois somente ele conhecia a prática jurídica de seu tempo: “Não basta que um homem do mundo empunhe a pluma para escrever uma história, se ele não é digno, pelos mesmos meios, de manejar os assuntos públicos (*les affaires*)” (*Le Pourparler d'Alexandre*).

O latim é a língua do direito. O ensinamento em francês foi introduzido apenas por Colbert somente para o direito francês. No meio dos juristas, a história se escreve, então, em latim: o *Methodus*, de Bodin; o *Franco Gallia*, de François Hotman, traduzido por Simon Goulart (*La Gaule franque*, 1574); as coleções de fontes dos séculos VIII-XIII, de Pierre Pithou (1539-1596), *Annalium et Historiae Francorum*, 1588; *Historiae Francorum scriptores veteres*, 1596. De Thou (Thuanus), oferece em latim sua *Historia sui temporis*. Fiel à tradição humanista, ele latinizou os nomes de seus contemporâneos, tornando necessário, em 1634, a publicação de uma *Clavis historiae Thuanae*. A primeira tradução parcial em francês, de Pierre du Ryer, é de 1659. Pasquier e Fauchet fizeram sempre, por patriotismo, a escolha do francês e se atribuem, tanto a um quanto ao outro, grandes desenvolvimentos dessa língua e de sua literatura.

Os juristas trazem também a exigência da prova. A historiografia togada (*historiographie robine*) inscreve-se na tradição do documento autenticado, longamente citado, devidamente criticado. Pasquier afirma “[...] não dizer nada de importante sem remeter à prova [...]” e busca abundantemente suas informações nos arquivos do Parlamento, da *Chambre des Comptes*, do *Trésor des Chartes*, nos fundos de Châtelet e de Saint-Denis. De Thou consegue que lhe enviem relatos do estrangeiro e trabalha sobre fontes diplomáticas de primeira mão, aplica uma crítica prudente em relações duvidosas (memórias de Monluc), pesquisa as melhores autoridades. “Tenhamos Paolo Emili como o mais eloquente historiador

que houve desde Tito Lívio, escreve Fauchet, mas não como o mais fiel historiador francês". De sua parte, ele se apoia sempre sobre testemunhos, confronta documentos contraditórios, faz fogo de toda madeira para "esclarecer as trevas". O índice "[...] dos livros não impressos dos quais posso fazer consulta"¹⁰ menciona, entre outros manuscritos, uma crônica francesa de Antoine Loisel, um manuscrito de Adhémar tomado de Jean du Tillet, as *Gesta Remensium episcopum* das coleções de Pierre Daniel, advogado no Parlamento; os *Annales*, de Flodoard, e as *Historiae*, de Nithard, emprestadas por um cônego de Notre-Dame. Ele consultou "o original" dos *Annales*, de Guillaume de Nangis, junto ao conselheiro Guelin, as *Gesta Andegavorum comitum*, do jurisconsulto René Chopin. E possuía, ele mesmo, manuscritos de Saint-Victor: os *Annales* de Flodoard, uma antiga cópia das *Gesta Normannorum*, de Guillaume de Jumièges, uma versão das *Gesta Anglorum*, de Henry de Huntington, um resumo latino das *Gestes* dos condes d'Anjou. A lista das fontes utilizadas para suas *Antiguidades gauloises et françaises* ocupa várias páginas. Os juristas historiadores interessam-se pelo passado (Fauchet, Pithou), pelo presente (de Thou), mas sempre pela história nacional. As *Recherches de la France*, de Pasquier, vislumbram a França em todas as suas expressões: os costumes, as instituições, os poderes, o direito, a sociedade, a vida privada, a língua, a memória, o ensinamento e mesmo os provérbios (*les dictons*). Não são os reis que fazem a França: ela existe por ela mesma e é o objetivo das "Recherches" definir seus contornos e a identidade que nenhum relato contínuo permite apreender. Também o plano "labiríntico" da obra, composta por uma sucessão de ensaios sobre os temas mais variados, não cessa de se enriquecer com o passar dos anos e com as curiosidades de Pasquier, para dar lugar a uma obra única, original, verdadeiro monumento da historiografia do século XVI. Juristas, magistrados, juízes, advogados, parlamentares, os homens da lei trabalharam, assim, para construir uma memória coletiva, nacional. Conscientes de representar as elites dirigentes, valorizaram seu papel e deram uma legitimidade às suas ambições sociais e políticas, a seus projetos de reforma, à sua vontade de pacificar o reino dilacerado pelas guerras civis e ameaçado de se romper.

As memórias nobiliárquicas

Homens de Igreja, homens de letras, homens da lei: qual foi a contribuição da espada para a escrita da história? A nobreza julgava-se mal amada pelos reis, que se apoiavam sobre a toga, mal amada pelos historiadores que a ignoravam. Ela menosprezava, quanto a ela, os historiógrafos, plumas mercenárias, gente de baixa extração, indignos de compreender e de relatar os fatos notórios dos grandes. Apartada do poder, rejeitada para fora da história, restava a ela seu passado, sua memória e seus arquivos familiares. Para defender sua honra e tornar estimados, em seu justo valor, os serviços prestados e os sacrifícios consentidos, ela não podia contar senão com ela mesma, trocando a espada pela pluma para trabalhar em sua própria glória. O gênero das “memórias” nasceu tardivamente, nos anos 1555-1570. Mais precisamente em 1569, com as *Mémoires*, de Martin du Bellay e de seu irmão Guillaume, editadas por René du Bellay e dedicadas ao rei Carlos IX. *Mémoires* com uma maiúscula, explica Furetière: “[...] livros de historiadores escritos por aqueles que tiveram parte nos assuntos ou que deles foram testemunhas oculares, ou que contêm sua vida e suas principais ações, o que responde àquilo que os latinos chamavam de Comentários”. Uma maiúscula devido à qualidade dos redatores. Essas memórias, muito concretamente, são, antes de mais nada, um dossiê apresentado diante do tribunal da posteridade, com uma contabilidade escrupulosa das ações gloriosas, dos serviços prestados e do imposto de sangue. Blaise de Montluc entende responder à ingratidão da Corte e se justificar das acusações injustas. Seu relato é dedicado ao rei Carlos IX, mas também aos senhores e capitães

[...] de modo que meu nome não se perca, nem o de tantos valorosos homens que vi fazerem por bem, pois os historiadores não escrevem senão pela honra dos reis e dos principes. Quantos bravos soldados e fidalgos (*gentilhommes*) eu nomeei aqui, sobre os quais aquela gente não fala de modo algum (MONTLUC, 1964, p. 830).

René de Lucinge convida os nobres a pegarem a pluma:

[...] o relato de nossa vida é o verdadeiro retrato de nossa alma; ele representa nossos modos, como o pincel os traços de nossa feição. Por que os grandes não escolheriam mãos boas e belos espíritos de sua época para burilar seus gestos, que lhes devem carregar tais como eles foram para o conhecimento da posteridade (LUCINGE, 1993, p. 132).

O gênero das memórias inspirava-se (*se prévalaient*) em dois modelos: os *Commentarii*, de César, que foi o historiador latino mais popular na França, e Commynes, associados um a outro por Jean Sleidan:

César narra aquilo que quer dizer com uma cândida simplicidade, uma graça prazerosa, e sem procurar qualquer afetação de linguagem... ele deve servir de modelo e de formulário àqueles que assumirem a tarefa de escrever seus próprios fatos e façanhas (*gestes*).

Commynes “[...] merece ser imitado por todos aqueles que desejam obter honra, escrevendo alguma história”.¹¹ As memórias possuem uma retórica própria: uma *historia nuda, simplex, recta et omnibus detractis ornamenti*, uma linguagem verdadeira e simples, uma sobriedade sem afetação, livre de louvor e de culpa, fiel à narrativa dos fatos.

As memórias foram uma literatura belicosa em que os grandes quitavam suas contas com o rei e com a nobreza de toga (*la Robe*), entre os católicos e os protestantes, entre facções rivais. Enquanto a elite togada (*la Robe*) apropriava-se igualmente desse gênero novo e apareciam as primeiras memórias parlamentares (de Thou, *Vita*), a nobreza proclamava sua liberdade e sua audácia de ser ela mesma. As memórias de espada (*Mémoires d'épée*) conheceram seu apogeu entre as guerras de religião e os momentos seguintes à Fronda, entre a edição de Commynes e Retz (1613-1679). Os nobres narraram, assim, sua história verdadeira, aquela que eles fizeram, viram com seus próprios olhos, não deixando a ninguém o cuidado de fazer seu inventário. Nesta veemente apropriação, o heroísmo cavalleiresco joga suas últimas luzes na noite, frequentemente, de uma

existência tumultuada. Todos estes relatos, de Castelnau, de Nangis, de Tavannes ou outros, evocam com nostalgia uma juventude ardente: o sol das guerras da Itália, alegres (*joyeux*) massacres das guerras de religião, turbas (*folles*) equipadas da Fronda, lembranças douradas de uma nobreza embriagada dela mesma, ardente, em cores vibrantes, violenta e inquieta. Os tempos acabaram-se sob o reinado de Luís XIV: a maior parte desses testemunhos não apareceram senão após 1715, talvez mesmo no século XIX. Desde 1660, o declínio de um gênero ligado à vitalidade da aristocracia guerreira estava consumado.

Com a pesada etiqueta imposta por Luís XIV, surgiram as memórias da corte, não mais requisitórios contra o rei, mas celebração; não mais evocação nostálgica do passado, mas minuciosa evocação do presente, crônica de um cotidiano repetitivo e sem cessar mutável. O mundo da corte é um mundo fixo que demanda quadros, cenas, um estudo atento dos caracteres; é um mundo do código e da etiqueta, que implica um jogo permanente de aprendizado e de decifração; um mundo do parecer e da dissimulação que reclama uma interrogação permanente sobre si e sobre o outro. Um mundo do segredo. A quase totalidade das duzentas e cinquenta novas memórias levantadas por Bourgeois e André, em *Sources de l'histoire de France*, para o século XVII prometem detalhes curiosos e revelações. Não há memória de corte sem um poder que se oculta, sem segredos de Estado ou de alcova. O estilo destas memórias já não tem mais nenhuma relação com as memórias de espada, a não ser sua marca aristocrática. Saint-Simon (1675-1755) afirma, pelo ato da escrita, sua identidade e sua liberdade:

[...] esta leitura da história e sobretudo das memórias particulares a nossa, referentes aos últimos tempos desde Francisco I, que eu fazia por mim mesmo, me deram igualmente a vontade de escrever aquilo que eu veria, com o desejo e com a esperança de ser alguma coisa e de saber o melhor que eu pudesse sobre os assuntos de meu tempo. Os inconvenientes não deixaram de se apresentar ao meu espírito; mas a resolução firme de guardar disso segredo a mim apenas me pareceram remediar tudo. Eu começaria, então, em julho de 1694... (SAINT-SIMON, 1983, I, p. 20).

Nesta literatura, a verdade procurada não é mais da ordem factual ou ligada à autoridade do testemunho; ela é psicológica. A história ensina a conhecer o homem:

[...] mas há necessidade do estudo da história... para saber que os homens são loucos, maliciosos, ignorantes e vãos?... Não há outra coisa senão apenas a história que possa fornecer a matéria deste estudo... é ali que, considerando a qualidade, a idade e o interesse das pessoas que fizeram tais ações, o que as precedeu e o que lhes seguiu, a conjuntura do tempo e do lugar e, enfim, todas as outras circunstâncias, mesmo as mais leves, que os bons historiadores relatam tão cuidadosamente nas ações mais singulares: é em favor destas diversas luzes, com tantas vantagens que são particulares à história que se pode, refletindo sobre todas as coisas com ordem, penetrar o segredo das cortes, reconhecer em que espírito se agiu nestes encontros e formar, enfim, um julgamento claro e certo (SAINT-RÉAL, 1745, II, p. 513).

As fronteiras entre a história e o romance também tendem a se esfumaçar. Saint-Réal e Varillas, ambos tendo realizado pesquisas autênticas na biblioteca do rei, escreveram romances históricos ou histórias romanceadas?

A história no curso do tempo

Em dois séculos, a história – o conhecimento e a cultura histórica – e a relação dos franceses com seu passado sofreram profundas transformações. Várias fases podem ser individualizadas.

A primeira delas é aquela das guerras da Itália e a fascinação com o modelo italiano. A descoberta maravilhada do Renascimento italiano e das ações gregas e latinas não é mais um fenômeno isolado. A revelação do Novo Mundo acompanhou-se de uma curiosidade sem precedentes, de uma sede por informações que a imprensa, que torna magicamente todos os escritos disponíveis, não pode saciar. Obras de história antiga e moderna, relatos de viagem, cosmografias,

cronologia tomam lugar no *buffet* da história (La Croix du Maine) em que tempo e espaço são confundidos. O mundo abre-se ao homem, trabalhado pela curiosidade, uma sede de saber e um desejo de evasão. Os conhecimentos são embaralhados e, com eles, a aparelhagem mental (*outillage mental*), os quadros cognitivos, os fundamentos da moral, da religião e da vida civil. Os velhos esquemas teológicos e filosóficos encontram-se colocados em causa no momento em que a Europa cristã está dilacerada pelo cisma protestante e vive sob a ameaça da toda poderosa Espanha.

O segundo momento é aquele da reação contra a Itália, antes adulada, e da busca por uma via “francesa”. A derrota de Pavia e a humilhação que representa a captura de Francisco I (1525) suscitam uma vasta reflexão sobre a identidade nacional que toca os juristas e os homens de Igreja. A França deve se definir em relação a dois modelos: o modelo italiano, a quem a Igreja romana, a antiguidade e o Renascimento deram as mais eminentes cartas de nobreza; e o modelo alemão, trazido pela Reforma, que se apoia sobre o mito germânico e o mito imperial. Em tempos nos quais provar sua antiguidade equivalia, para as Igrejas como para as monarquias, a reconstruir em torno de si a unidade perdida e, sobretudo, a combater as pretensões de outrem, o debate sobre as origens, consubstancial ao humanismo e à Reforma, privilegia a história. Entre a Europa germânica que encontrou sua expressão religiosa na Reforma e a Itália dominada politicamente pela Espanha e religiosamente pelo papado, a França procura sua via. A reação contra a Itália manifesta-se em todos os seus domínios: contra a Roma dos papas, a França é gaulesa; à Roma antiga, ela opõe os gauleses; ao latim, o francês aparentado, diz-se, do grego; ao direito romano, o *mos gallicus*; à história humanista, suas tradições nacionais. Esta reflexão sobre a “via francesa” já é bem engajada quando ocorreu o falecimento prematuro de Henrique II (1559).

A terceira fase, que durou quarenta anos, é marcada pela crise. A França não é mais conquistadora, mas fragilizada. A monarquia, confiada a um regente italiano, parece fraca e vulnerável. A unidade do reino está ameaçada pelo cisma religioso e oito guerras de religião, com seu cortejo de atrocidades, arruínam-no, sobre um fundo de crise de sucessão, pois Henrique III não possui descendentes.

Quarenta anos trágicos, decisivos para a história, considerada como o único instrumento eficaz para reunir os franceses e superar os ódios. Daí, um esforço considerável para pensar o passado e compreendê-lo, um conjunto de publicações excepcionais, pelo número, variedade e novidade, nos anos 1570; um sucesso sem precedente da história, marca da afeição à França, que atua como uma força de compensação e traz, aos olhos dos *políticos*, o único remédio à tragédia. Os franceses são convidados a pensar sua relação com o passado e forma-se como que uma memória coletiva, que renova a visão e o julgamento que a sociedade francesa dá sobre ela mesma e sobre seu futuro. A história é assunto de todos; os diferentes grupos sociais participam na construção de uma *nação França*, que não se resume mais à simples sucessão de seus reis. Certamente, a história tradicional talha a maior parte; mas as obras novas que tratam das instituições civis e políticas, dos cargos (*offices*), das leis, da magistratura, das cidades e das províncias são muitas. O apelo premente da situação interior deu um novo sentido à história. Se a crise política é profunda, a sociedade dinâmica e aberta em direção a possibilidades de transformação e à busca da identidade nacional estimula a construção de uma memória histórica rica e complexa.

A ascensão de Henrique IV (1589) e o engajamento da França na reforma católica abrem uma nova fase. A história retorna ao relato de anais, a pesquisa erudita torna-se um fim em si mesma e a análise filológica perde seu ardor de inovação. O esforço crítico passa a se concentrar então sobre a história eclesiástica e religiosa. As exigências da controvérsia – contra os protestantes, depois os jansenistas – levam a estudar de perto a tradição e as origens das instituições e das crenças. A “nova história” dos anos 1570 não tem mais seu lugar na monarquia dos Bourbons. Um sinal: as reedições das *Recherches*, de Pasquier, são mais espaçadas: 1621, 1665. O interesse pelas instituições, os poderes, o direito cessa de alimentar a reflexão dos juristas eruditos: o monarca “absoluto”, tão logo divinizado, não sofre nenhuma alternativa, ele é o único fiador da nação enquanto entidade política. A história dos seus altos fatos e o relato de suas guerras esgotam-se no panegírico: a “*petite académie*” e os historiógrafos (um Racine, um Boileau) não podem rivalizar com os concursos de panegíricos oferecidos, em cada 25 de agosto,

dia de São Luís, pela *Académie Française*, ao maior dos reis. Neste contexto, os franceses mostram-se menos cuidadosos de meditar sobre seu passado do que curiosos sobre as anedotas da corte. Nos meios intelectuais, dentro da nobreza de toga, o elo entre engajamento político e reflexão sobre a história se distende. Quanto à aristocracia, contrai-se em suas genealogias. George Huppert vê a história, engajada no serviço de glorificação monárquica e das ambições hegemônicas do reino, ameaçada pela dupla queda da historiografia oficial em propaganda e da erudição dourada em conflitos de interesses imediatos. A história é, sobretudo, vítima de uma crise de confiança: os ataques repetidos dos livre pensadores e dos céticos, a condenação sem apelo dos cartesianos, sua instrumentalização pelo poder lançaram em descrédito um saber que terminou mesmo por perder, na educação do jovem Luís XV, o lugar privilegiado que lhe reconheceram até então os preceptores reais.

Principais obras

- 1492 : Nicole Gilles, *Les Chroniques et Annales de France depuis la destruction de Troie*
- 1497 : Robert Gaguin, *Compendium de Origine et gestis Francorum, dit Rerum Gallicarum Annales* (= *Les Chroniques de France: excellents faits et vertueux gestes des très-Chrétiens rois et princes*, 1514)
- 1517 : Paul Emile, *De Rebus Gestis Francorum libri IV*
- 1524 : Commynes, *Chronique et histoire faite par feu messire Philippe de Commynes*
- 1560 : Etienne Pasquier, *Les recherches de la France*, 1ere édition
- 1566 : Jean Bodin, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*
- 1567 : Loys Le Roy, *Considérations sur l'histoire française et l'universelle de ce temps*
- 1571 : La Popelinière, *La vraie et entière Histoire de ces derniers troubles*
- 1573 : François de Belleforest, *Les Grandes Annales de France*
- 1574 : François Hotman, *Franco-Gallia*
- 1575 : Loys Le Roy, *De la Vicissitude ou variété des choses en l'univers*
- 1575 : A. Thévet, *Cosmographie universelle*

- 1576 : Bernard Girard du Haillan, *Histoire générale des rois de France... ordonnée en vingtquatre livres // Quatre livres de l'état et succès des affaires de France*
- 1576 : J. Bodin, *La République*
- 1577 : Jean du Tillet, *Mémoires et Recherches contenant plusieurs choses mémorables pour l'intelligence de l'état de France*
- 1578 : Papyre Masson, *Annalium libri IV quibus res gestae Francorum explicantur*
- 1579 : Claude Fauchet, *Antiquités gauloises et françoises*
- 1579 : Nicolas Vignier, *Sommaire de l'histoire des Français*
- 1579 : F. de Belleforest, *Les Grandes Annales et Histoire générale de France* (augmentée)
- 1583 : Joseph-Juste Scaliger, *De Emendatione Temporum*
- 1588 : Bertrand d'Argentré, *Histoire de Bretagne, des rois, des ducs, comtes et princes d'icelle*
- 1588 : Nicolas Vignier, *Bibliothèque historiale*
- 1597 : Jean de Serres, *Inventaire général de l'histoire de France*
- 1599 : La Popelinière, *L'Histoire des histoires avec l'idée de l'Histoire accomplie*
- 1604 : Jacques-Auguste de Thou, *Historiae sui temporis* (éd. partielle)
- 1605 : F. de Raemond, *Histoire de la naissance, progrès et décadence de l'hérésie de ce siècle*
- 1606 : Joseph-Juste Scaliger, *Thesaurus Temporum Eusebii Pamphili*
- 1609 : André Duchesne, *Antiquités et recherches de la grandeur et majesté des rois de France*
- 1614 : R. de Lucinge, *La Manière de lire l'histoire*
- 1619 : Scipion Dupleix, *Mémoires des Gaules depuis le Déluge*
- 1621 : Jacques Charron, *Histoire universelle de toutes les nations et spécialement des Gaulois ou François*
- 1621-28 : Scipion Dupleix, *Histoire générale de France avec l'état de l'Eglise et de l'Empire*
- 1635 : Taraut, sj. *Annales de France*
- 1643 : Mézeray, *Histoire de France depuis Pharamond*
- 1675 : R. Rapin, *Réflexions sur l'histoire*
- 1677 : Dom Mabillon, *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*
- 1681 : Bossuet, *Discours sur l'histoire universelle*
- 1681 : Dom Mabillon, *De Re diplomatica*

- 1685-89 : Géraud de Cordemoy, *Histoire de France*
1683-95 : Antoine de Varillas, *Histoire des Valois*
1688 : Bossuet, *Histoire des variations des églises protestantes*
1691 : Dom Mabillon, *Traité des études monastiques*
1692-93 : Sébastien Le Nain de Tillemont, *Histoire des Empereurs et autres princes qui ont régné durant les six premiers siècles de l'Eglise*
1692-1712 : *Le Nain de Tillemont, Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique*
1693 : Pierre Bayle, *Dictionnaire historique et critique*
1696 : Gabriel Daniel sj., *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie française*
1703 : Dom Pezron, *Antiquités de la nation et de la langue des Celtes*
1713 : N. Lenglet-Dufresnoy, *Méthode pour étudier l'histoire*
1719 : le père Lelong, *Bibliothèque historique de la France*

HISTORY AND HISTORIANS IN FRANCE, FROM THE GREAT ITALIAN WARS TO THE DEATH OF LOUIS XIV

Abstract: The aim is to present a perspective and an overview of the different practices in the history of the late Middle Ages to the age of French “preponderance”. This original time-span allows to follow the upheaval generated by the spread of printing in the conception, writing, and marketing of history. At a time when the historical profession does not exist, sometimes competing practices implemented by clergymen, men of letters, lawyers and aristocrats through the new genre of memoirs give rise to works bearing the stamp of their training. The focus is on issues of the different types of history, as well as on the relationships between history and memory, the reconstructions of the past and the relation to the time they reflect.

Keywords: France. History and historiography. Early modern historiography.

Notas

¹ Ao longo do artigo, os termos *érudit* e *savant* foram traduzidos como *erudito*, salvo quando menção em contrário (nota do tradutor).

² Reuniões eruditas organizadas pelos irmãos Pierre e Jacques Dupuy na mansão de Jacques-Auguste de Thou (nota do tradutor).

³ Trata-se de um fenômeno europeu: 1531, Juan Luis Vives, *De tradendis disciplinis*, livro V, passa em revista os historiadores; Sebastián Fox-Morillo, *De Historiae institutione dialogus* (Anvers, 1557) comporta também bibliografias. Em 1563, David Chytraeus de Rostock estabelece um catálogo para a história eclesiástica, ao qual responde, em 1567, o jesuíta Antonio Possevino.

⁴ Autêntico significa aprovado por uma autoridade e “digno de fé”. Um relato apócrifo, aos olhos de um teólogo, designa um escrito que não recebeu a caução de uma autoridade.

⁵ Em 1708: “Eu condeno de boa fé... o que eu disse de uma maneira ímpia, a qual teria fabricado depois de alguns séculos, a maior parte das obras eclesiásticas e profanas, que se passaram até aqui como antigas. Eu estou bastante envergonhado de não ter aberto antes os olhos sobre isso”. Os únicos autores antigos, em seu entendimento, eram Cícero (*Tratados e Discurso*s), Plínio, o Antigo (*História natural*), Virgílio (*Bucólicas e Geórgicas*), Horácio (*Sátiras e Epístolas*), Heródoto, Plauto e Homero.

⁶ Segundo a feliz expressão de Augustin Thierry, *Dix ans d'études historiques*, Bruxelles, 1835, “Notes sur quatorze historiens antérieurs à Mézeray”, (R. Gaguin).

⁷ Na Inglaterra, Polidoro Vergílio recebeu, em 1507, do rei Henrique VII, a missão de escrever uma História da Inglaterra. As *Angliae Historiae libri XXVI* apareceram em Bâle, em 1534, e a obra inteira em 1555.

⁸ Mézeray, *Histoire de France depuis Pharamond*, Paris, 1685, 3v. in folio, possui 3.316 páginas. Daniel, *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie française*, Paris, 1729, 10 vol in-4º, totaliza 7.395 páginas.

⁹ O alemão, acrescenta ele, entregou-se com mais glória às matemáticas e “o italiano leva o prêmio de bem escrever história, pelo julgamento e pela habilidade em dormir de maneira grave”.

¹⁰ MSS. Biblioteca do Vaticano, citado por J. G. Espiner-Scott, 1938, p. 290 sv.

¹¹ *Les Mémoires de Messire Philippe de Commynes, Chevalier seigneur d'Argenton... de l'édition de Denis Sauvage...* com duas epístolas de Jean Sleidan, Paris, J. Chouet, 1596, in-12: *Epître à très magnanime Prince Edouard, duc de Somerset*, na segunda edição de Commynes, 1548; nesta edição, p. 857.

Referências

- AMALVI, Christian (Dir.). *Les lieux de l'histoire*. Paris: Colin, 2005.
- ARIÈS, Philippe. L'attitude devant l'histoire: le XVIIe siècle. In: *Le Temps de l'histoire*. Paris: Seuil, 1986.

- BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les historiens et le monarchie*. Paris: Puf, 1988-1989, 4 vol.
- BIZZOCHI, Roberto. *Genealogie incredibili. Scritti di storia nell'Europa moderna*. Bologne: Il Mulino, 1995.
- BORGHERO, Carlo. *La certezza e la storia. Cartesianesimo, pirronismo e conoscenza storica*. Milan: Angelini, 1983.
- COLLARD, Frank. *Un historien au travail à la fin du XVe siècle*: Robert Gaguin. Genève: Droz, 1996.
- DESAN, Philippe. *Penser l'histoire à la Renaissance*. Caen: Paradigme, 1993.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *La conception de l'histoire en France au XVIe siècle (1560-1610)*. Paris: Nizet, 1977.
- _____. *Celtes et Gaulois au XVIe siècle: le développement littéraire d'un mythe nationaliste*. Paris: Vrin, 1972.
- ESPINER-SCOTT, Janet. *Claude Fauchet, sa vie, son oeuvre*. Paris: Droz, 1938.
- EVANS, W.H. *L'historien Mézeray et la conception de l'histoire au XVIIe siècle*. Paris: J. Gamber, 1930.
- FERGUSON, Wallace. *La Renaissance dans la pensée historique*. Paris: Payot, 1958.
- FUETER, Eduard. *Histoire de l'historiographie moderne*. Paris: Félix Alcan, 1914.
- FUMAROLI, Marc. Aux origines de la connaissance historique du Moyen Âge: humanisme, Réforme et gallicanisme au XVIe siècle. In: *Dix-Septième Siècle*, 1977.
- _____. Les Mémoires au carrefour des genres en prose; Les Mémoires ou l'historiographie royale en procès. In: *La Diplomatie de l'esprit de Montaigne à La Fontaine*. Paris: Hermann, 1998.
- GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie. Etude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières*. Paris: Puf, 1993.
- _____. L'éducation de l'enfant roi. In: Cardinal de Fleury, *L'Abrége de l'histoire de France écrit pour le jeune Louis XV*, AD78, 2006.
- _____. (Dir.). *Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution*. Paris: PUPS, 2006.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980.
- HUPPERT, George. *L'idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1963.
- JOLLY, Claude (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques sous l'Ancien régime, 1530-1789*. Paris: Promodis, 1988.

LUCINGE, René. *De la manière de lire l'histoire*. Genéve: ed. Michael J. Healt, 1993.

MONTLUC, Blaise de. *Commentaires* (1521-1576), éd. P. Couteault. Paris: Gallimard, 1964.

NORA, Pierre. Les Mémoires d'Etat. In: *Les Lieux de Mémoire, La Nation*, II. Paris: Gallimard, 1986.

RANUM, Orest. *Artisans of Glory. Writers and historical Thought in Seventeenth Century France*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1980.

RAPIN, René. *Oeuvres*, I, La Haye, 1725.

SAINT-RÉAL. De l'usage de l'histoire, *Oeuvres*, II. Paris, 1745.

SAINT-SIMON. *Mémoires*, I, éd. Y. Coirault. Paris: Gallimard, 1983.

SCHMIDT-CHAZAN, Mireille. Histoire et sentiment national chez Robert Gaguin. In: *Le Métier d'historien au Moyen Âge*, B. Guenée dir.. Paris, 1977.

UOMINI, Steve. *Cultures historiques dans la France du XVIIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 1998.

VIVANTI, Corrado. Les Recherches de la France d'Etienne Pasquier. In: P. Nora éd., *Les Lieux de mémoire, La nation*, I. Paris: Gallimard, 1986.

_____. Paulus Æmilianus Gallis condidit historias? In: *Annales ESC*, 1964.

Autora convidada.

